

## A SAÚDE PÚBLICA COMO FONTE DE PESQUISA PARA A HISTÓRIA SOCIAL EM SANTA CATARINA

Hermetes Reis de Araujo\*

Entendida como prática social que envolve relações diversificadas e complexas que dizem respeito, não somente aos discursos e medidas administrativas dos governos, mas também, a uma ampla rede de aspectos, valores e hábitos difundidos no cotidiano das populações, a "saúde pública" como objeto de estudo, vem, desde há algum tempo, despertando a curiosidade e o interesse de sociólogos e historiadores.

No Brasil, este interesse tem sido afirmado, por exemplo, através de pesquisas que dirigem suas atenções para a história social do país na virada do século passado, momento que foi profundamente marcado pelas reordenações políticas, econômicas e sociais que se inscreveram na então nascente república brasileira.

No que se refere ao aspecto social das transformações verificadas no país neste período, uma recente produção historiográfica tem sido concorde em observar que o investimento político ocorrido sobre o difuso (porque abrangente e diversificado) campo da "saúde pública", foi concomitante, em muitos casos, aos processos de reforma urbana que tiveram lugar nos maiores centros do país à época (notadamente na maioria das capitais estaduais), e que prosseguiram por quase toda a Primeira República. (1)

Este cruzamento entre os movimentos de reforma urbana e as ações (práticas e discursos produzidos em condições e lugares diversos) no campo da saúde pública, revela-se particularmente privilegiado para a compreensão de aspectos bastante importantes da história do país na medida em que, a partir dos finais do século passado, o campo conceitual da "saúde pública" foi consideravelmente ampliado, tendo também sido alvo de profundas transformações em suas formas de aplicação prática sobre as populações (urbanas, especialmente) de maneira geral.

\* Mestrando em História, PUC/SP.

Na esfera desta aplicação prática, advinda dos modernos procedimentos científicos com que se equiparam a medicina e a biologia a partir das últimas décadas do século XIX, e que possibilitaram o fornecimento de instrumentos mais eficazes para uma intervenção social, via as políticas de saúde, emerge, para o historiador, como também para pesquisadores de outras áreas, um amplo campo de estudos: entre muitos outros, as formas com que se revestiu historicamente a assistência pública, os serviços médico-hospitalares, a sistematização da medicina preventiva, o desenvolvimento das estatísticas demográficas, as atitudes frente as epidemias, o equacionamento do controle do meio, a implantação de obras públicas etc.

Estes aspectos relacionam-se, ainda, com as transformações ocorridas em hábitos de higiene pessoal e familiar, nas habitações e em formas de promover um certo cuidado de si, no que diz respeito aos indivíduos, o que implica, de maneira correlata, em maneiras destes indivíduos perceberem-se e situarem-se nos seus campos de relações sociais mais imediatos que se referem não só a seu espírito, mas também ao seu próprio corpo e sua saúde. Dessa forma, delinham-se vários campos de problematizações relacionados aos costumes, hábitos, crenças, posturas, valores morais, formas de expressão etc., que podem contribuir para uma maior compreensão das práticas historicamente estabelecidas na sociedade.

Em pesquisa desenvolvida no Arquivo Público do Estado, na Biblioteca Pública do Estado e no Setor de Santa Catarina da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, em torno das reformas urbanas e do equacionamento das políticas de saúde na Primeira República em Desterro/Florianópolis (2), procedeu-se a uma sistematização de algumas fontes para este fim. Esta sistematização, objetivou, na medida do possível, atender à perspectiva de um estudo que pretende entrecruzar as mudanças ocorridas neste período nas áreas da "saúde pública" e na da higiene pessoal com algumas transformações que se verificaram no cotidiano da cidade e nos hábitos e costumes de seus habitantes.

Dentro deste campo de interesses, que envolveu também pesquisas em jornais, revistas, bibliografia histórica (3), entre ou-

tros materiais, pretende-se aqui fazer apenas algumas rápidas colocações a respeito do material compulsado junto ao Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, que podem, talvez, servir para esboçar um registro sobre a disponibilidade das fontes de pesquisa sobre "saúde pública" como um dos instrumentos de investigação para a história social em Santa Catarina.

Entre muitos outros materiais existentes no Arquivo Público do Estado (conforme levantamento das "Fontes Preliminares sobre a Secretaria de Saúde e seus Titulares", confeccionado por esta instituição de pesquisa) constam Relatórios, Falas, Mensagens dos Presidentes de Província e Governadores de Estado (1836/1938); Relatórios de Secretários de Estado (1899/1930); Livros do Tesouro (1885/1977); Correspondências Governadores de Capitania, dos Presidentes de Província e Governadores de Estado (1748/1973); Ofícios diversos (1843/1979); Minutas do Ministério da Educação e Saúde Pública (1930-1962); Relatórios da Inspetoria e da Diretoria de Higiene (1911/1935); Relatórios do Departamento Estadual de Saúde Pública (1936/1977); Legislação Provincial e Estadual (1835/1976).

Dentro deste material de interesse para pesquisas sobre a história da "saúde pública" em Santa Catarina, privilegiou-se os "Relatórios", "Falias" e "Mensagens" dos Presidentes de Província e Governadores de Estado (1880 a 1930), os "Relatórios à Presidência da Província e ao Governo do Estado", elaborados por ex-Presidentes, ex-Governadores, Secretários, Inspetores de Higiene e Chefes de Polícia (1880 a 1931) e a Legislação Provincial e Estadual (decretos, leis e regulamentos diversos) (1880 a 1930), na medida em que estes documentos foram suficientes aos objetivos da pesquisa proposta que, cumpre salientar, não visou produzir uma "história da saúde pública" em Santa Catarina, mas sim utilizar alguns destes materiais para um estudo sobre as reformas urbanas e as transformações que se verificaram no cotidiano da cidade de Desterro/Florianópolis durante a Primeira República.

De maneira geral e esquemática, os "Relatórios", "Falias" e "Mensagens" foram abordados como um campo onde se tornou possível perceber uma série de problematizações e articulações no que se re-

fere às formas com que foram pensadas e administradas as questões sobre o processo de reformas urbanas, a implantação de obras e serviços públicos e o equacionamento das políticas de saúde pública. Estas fontes forneceram, ainda, alguns elementos para a compreensão das práticas de higiene pessoal e familiar disseminadas na população da cidade no período.

A legislação e os regulamentos puderam servir como uma espécie de índice de institucionalização das políticas do governo e das medidas administrativas, servindo também como um indicador cronológico da implantação das obras, serviços e das formas de controle médico-higiênico e social que ocorreram na Desterro/Florianópolis na Primeira República.

Finalmente, cabe ainda acrescentar que estes documentos, devido ao seu bom estado de conservação e às coleções bastante completas, revelam-se como umas das fontes mais acessíveis existentes no Estado, podendo servir de valioso subsídio a muitas outras perspectivas de investigação na área da história social em Santa Catarina.

#### NOTAS

(1) Ver, nesse sentido, Rago, Margareth, "Do Cabaré ao Lar. A Utopia da Cidade Disciplinar. Brasil 1890-1930", Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1985; Sevecenko, Nicolau, "Literatura como Missão: Tensões Sociais e Criação Cultural na Primeira República", São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983 (especialmente caps. I e II), deste mesmo autor, ver também "A Revolta da Vacina. Mentis Insanas em Corpos rebeldes", São Paulo, Ed. Brasiliense, 1984; Costa, Nilson do R., "Lutas Urbanas e Controle Sanitário. Origem das Políticas de Saúde no Brasil", Petrópolis, Ed. Vozes, 1985; Pechman, Sérgio e Fritsch, Lillian, "A Reforma Urbana e o seu Averso: Algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século", in: Rev. Bras. de Hist., S. Paulo, v. 5 nº 8/9, pp. 139-195, set.

1984/abr. 1985; Santos, Luiz A. de Castro, "O Pensamento Sanitarista na Primeira República: Uma Ideologia de Construção da Nacionalidade", in: DADOS, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 28, nº 2, 1985, pp. 193 a 210.

(2) Araujo, Hermetes Reis de, "A Modernização de Florianópolis: tensões e ajustamentos 1889-1930", relatório parcial, São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), fevereiro de 1988; idem, Diss. de Mestrado (em conclusão) "O Saneamento de Desterro: Florianópolis na Primeira República", Programa de Estudos Pós-Graduados em História, PUC/SP.

(3) Além da obra magistral de Cabral, Oswaldo R., "Nossa Senhora do Desterro", vol. I "Notícia" e vol. II "Memória", 2ª ed., Florianópolis, Ed. Lunardelli, 1979, que não trata do período em foco por esta pesquisa, mas que como o livro também deste autor, "Medicina, Médicos e Charlatães do Passado", Florianópolis, Ed. do Departamento Estadual de Estatística, 1942, fornece subsídios essenciais para a compreensão de alguns dos processos de reformas urbanas e políticas de saúde em Florianópolis na Primeira República, existe, tratando deste assunto no período, Ramos, Átila, "Memória do Saneamento Desterrense", Florianópolis, Ed. CASAN, 1986. Sobre o Hospital de Caridade, e uma pesquisa que envolve sua história em variados aspectos, ver, Farias, Vilson Francisco, "Hospital de Caridade. Realidade histórico-cultural. Documentação Histórica", in: Ágora, Revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, ano III, nº 5, junho de 1987, pp.7-14. Sobre a evolução da legislação sanitária em Santa Catarina, ver, Pasold, Cesar Luiz, "Estudo Evolutivo da Legislação Sanitária Catarinense e suas Repercussões na Estrutura dos Serviços de Saúde Pública do Estudo de Santa Catarina - Período Republicano (até março de 1975)", São Paulo, Diss. de Mestrado, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 1978.